

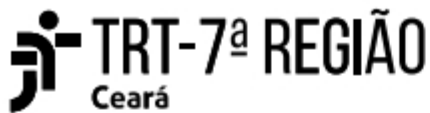


Colégio  
M0001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Setembro/2024



## Concurso Público para Provimento de Cargos Analista Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato \_\_\_\_\_  
Caderno de Prova 'C03', Tipo 005

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-005

Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A vida apesar de dura é mágica, por isso sempre acredite no inesperado.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**História de uma praça**

Numa crônica antiga, intitulada "A rotina e a quimera", Carlos Drummond de Andrade considerava o fato de que grandes escritores brasileiros, a começar por Machado de Assis, eram também funcionários públicos. Na lista numerosa, Drummond não incluiu a si mesmo, funcionário que foi de mais de um órgão público. A "rotina" do funcionário, outrora cercado de blocos de papéis, lápis e canetas, muitas vezes levava-o à "quimera", ao universo da ficção e à imaginação criativa.

Mas há também funcionários cuja quimera é, na verdade, a pesquisa histórica. Valem-se de seu talento e de sua disposição para investigar a origem de nomes, de lugares, de fatos primordiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Eliézer Rodrigues, veterano assessor de imprensa da Justiça do Trabalho do Ceará. Dedicou-se a pesquisar dados e a escrever um livro – "Praça José de Alencar – Tempos e viventes". Já de si, o título indica o âmbito do livro.

O jornalista escritor resgata os primórdios dessa praça de Fortaleza, quando ainda se chamava Praça do Patrocínio, e aborda os principais acontecimentos que envolveram as edificações e pessoas que já habitaram seu entorno. O prédio da Fênix Caixeiral, a Igreja do Patrocínio, a Escola de Comércio, o Centro Médico, o Instituto de Patrimônio Histórico, o Lord Hotel, o INSS, a Associação Cearense de Imprensa e a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza são algumas das instituições retratadas na obra.

É importante haver cronistas desse porte para que a história de um lugar e de seus personagens se mantenha viva. Políticos, militares, empresários, intelectuais, artistas, músicos, juristas, celebridades, médicos, comerciantes e cidadãos comuns são alguns dos personagens reais que envolvem as tramas retratadas. Até mesmo uma cigana e um fantasma protagonizam casos curiosos.

Vê-se que a "quimera" desse escritor cearense está ancorada em impressões, fatos e pessoas que ele não quis deixar esquecer. É mais que um momento da rotina: é um momento da memória pessoal e social dedicado ao lugar de afeto e de interesse público, a que dá a força de uma permanência temporal.

(SÁ, Herculano Perez de. Com apoio na página eletrônica <https://www.trt7.jus.br>. Adaptado)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) envolvem as tramas retratadas (4º parágrafo) = circundam os relatos detectados.
  - (B) protagonizam casos curiosos (4º parágrafo) = avultam em ocorrências singulares.
  - (C) ao universo da ficção e à imaginação criativa (1º parágrafo) = para o talento universal e para a fantasia especulativa.
  - (D) disposição para investigar a origem de nomes (2º parágrafo) = tendência para investir na originalidade de nomeações.
  - (E) resgata os primórdios dessa praça (3º parágrafo) = recupera os redutos desse recinto.

---

2. Atente para estas duas afirmações:
  - I. A rotina e a quimera podem ser complementares.
  - II. Alguns funcionários alternam a rotina e a quimera.Essas afirmações integram-se com clareza, correção e coerência neste período único:
  - (A) Sendo alternadas, não se excluem completamente a rotina e a quimera dos funcionários.
  - (B) Alguns funcionários, diante de tal alternativa, tornam complementares a rotina e a quimera.
  - (C) Podendo ser complementares, a rotina e a quimera se alternam para alguns funcionários.
  - (D) Conquanto alternadas, alguns funcionários complementam-se com a rotina e a quimera.
  - (E) O uso de alguns funcionários da rotina e da quimera mostra que bem podem suprir-se.

---

3. Com o título "A rotina e a quimera", Drummond nos deixou uma crônica na qual considera que
  - (A) cargos na administração pública foram concedidos a muitos escritores brasileiros para atestarem sua real vocação.
  - (B) a disponibilidade dos clássicos materiais de escritório induzia os funcionários a exercitarem o uso de linguagens experimentais.
  - (C) a fantasia dos escritores deriva diretamente das experiências de quem exerce um trabalho muito metódico.
  - (D) as condições de um trabalho burocrático são por vezes favoráveis à busca de uma expressão literária.
  - (E) a imaginação de altos funcionários leva-os a se distanciarem prejudicialmente das práticas de seu ofício.

---

4. Contextualizado nesse texto, o gênero da crônica e um atributo do cronista constituem possibilidades reais de se
  - (A) aglutinar num texto literário memórias fictícias e imagens da vida presente.
  - (B) documentar com rigor a história de monumentos extintos ou desprestigiados.
  - (C) expandir a imaginação para muito além do que seja material ou factual.
  - (D) adulterar certos fatos passados em benefício de seu sentido no presente.
  - (E) recortar do tempo e do espaço históricos um sentido social permanente.



5. Toda forma verbal concorda com seu sujeito em:
- (A) É preciso que haja cronistas empenhados na reconstituição de fatos históricos que, sem seu trabalho, se apagariam no tempo.
- (B) Importam muito que os pesquisadores se empenhem na reconstituição de histórias que com tanta frequência se perde no esquecimento.
- (C) Muitas vezes couberam a alguns funcionários públicos ocuparem os intervalos de seu tempo com a criação literária.
- (D) Cercavam-se de papéis, lápis e canetas quem, nos escritórios, viam nesses instrumentos estímulos para a literatura.
- (E) Foi para resgatarem os primórdios daquela praça que o funcionário do tribunal lançou-se às pesquisas que teve tanto empenho seu.

6. É importante que *haja* cronistas aplicados em pesquisas, para que fatos, lugares e personagens de outros tempos se *mantenham* vivos.

Em nova redação, a frase acima permanecerá correta e coerente caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) Teria sido – tenham havido – manteriam
- (B) Terá sido – tivessem havido – manterão
- (C) Seria – houvesse – mantivessem
- (D) Será – hajam – manterem
- (E) Foi – houvessem – mantessem

**Atenção:** Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

### Tira férias

*A noção de férias está ligada a figuras de viagem, esporte, aplicações intensivas do corpo, quase nada a descanso. As pessoas executam durante esse intervalo aquilo que não puderam fazer ao longo do ano; fazem "mais" alguma coisa, de sorte que não há férias, no sentido religioso e romano de suspensão de atividades.*

*Matutando nisso, resolvi tirar férias e gozá-las como devem ser gozadas, sem esforço para torná-las amenas. A ideia de viagem foi expulsa do programa: é das iniciativas mais comprometedoras e tresloucadas que poderia tomar o trabalhador vacante. As viagens ou não existem, como é próprio da era do jato, em que somos transportados em velocidade superior à do nosso poder de percepção e de ruminação de impressões, ou existem demais como burocracia de passaporte, filas, falta de vaga em hotel, atrasos, moeda aviltada, alfândega, pneu estourado no ermo, que mais?*

*Tudo aboli e fiz a experiência das férias propriamente ditas. Se me pedirem para contar o que fiz afinal nestas férias, direi lealmente: ignoro. Aos convites disse não, alegando estar em férias, alegação tão forte como a de estar ocupadíssimo. Durante esse período, o pensamento errou entre mil paragens, não se deteve em nenhuma; cada dia amadureceu e caiu como um fruto. Nada aconteceu? O não acontecimento é a essência das férias. E agora, é trabalhar duro onze meses para merecer as inofensivas e deliciosas férias do não.*

(ANDRADE, Carlos Drummond. **Cadeira de balanço**. 22a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 69-71)

7. No preciso contexto do 3º parágrafo, o autor se vale da expressão
- (A) *o pensamento errou* indicando com isso o movimento de suas difusas ideias a vagar.
- (B) *a essência das férias* pensando na energia que é preciso investir para desfrutá-las.
- (C) *Tudo aboli* para referir-se ao repouso a que deveu renunciar durante suas férias.
- (D) *férias propriamente ditas* para ressaltar o sentido usual que a elas se atribui.
- (E) *Aos convites disse não* referindo-se a propostas de repouso e retiro contemplativo.

8. *Nada aconteceu? O não acontecimento é a essência das férias.*

No trecho acima (3º parágrafo), com as expressões de sentido negativo, o autor pretende

- (A) transformar em exclusão o que deveria ser incluído.
- (B) relativizar o valor positivo de uma recusa.
- (C) ignorar o que há de mal em tirar férias.
- (D) ressaltar os transtornos de quem não gosta das férias.
- (E) ironizar quem se ilude com a vantagem de um repouso.

9. O autor do texto, diante da perspectiva de tirar férias,

- (A) afirma que elas não o seduzem como a dura atividade há muito já imposta aos romanos.
- (B) define-se como um amador a quem falta toda a experiência dos turistas mais convictos.
- (C) reluta em aceitar gozá-las no sentido convencional, mas acaba por fruir uma boa viagem.
- (D) mostra-se desconfiado diante das ofertas de viagem que lhe parecem tão sedutoras.
- (E) declara sua impossibilidade de extrair algum prazer do esforço que elas lhe demandam.



10. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Disse não aos convites, sobre a alegação de motivos pessoais.
  - (B) É trabalhar duro para fazer jus de novas férias.
  - (C) A noção de férias está vinculada à figuras de linguagem.
  - (D) Restringindo-me a essa minha concepção, resolvi tirar férias.
  - (E) A pressa é um elemento constitutivo na era do jatos.
- 
11. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Talvez fosse melhor, em vez de férias comuns fazer um retiro, evitando sobressaltos?
  - (B) Há quem imagine que, tirar férias, seja submeter-se, a um sem-número de outras atividades.
  - (C) É trabalhar duro, agora, para merecer, de fato, as futuras e deliciosas férias do não.
  - (D) A certa altura diz, o cronista, que nada acontecer é um meio sim, de definir as férias.
  - (E) Ele alegou: que estava em férias, por isso não podendo atender, a tantos convites.

**Atenção:** Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

### Direito natural e direito dos homens

*O direito natural é aquele que a natureza mesma determina a todos os homens. Educastes vossos filhos, ele vos deve respeito como seu pai, reconhecimento como seu benfeitor. Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.*

*O direito humano só pode ser fundado no direito da natureza, e o grande princípio, o princípio universal de um e outro, é em toda terra: "Não faças o que não gostarias que te fizessem".*

*Contentam-se alguns, noutras terras, em afirmar: "Crê em mim, ou eu te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que eu puder. Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma."*

*O direito da intolerância é, então, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, sendo no entanto bem pior, pois os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos.*

(Adaptado de: VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. Trad. Ana Luiza Reis Bedê. São Paulo: Martim Cererê, 2017, p. 36)

12. *Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.*
- Transpondo-se adequadamente o tratamento verbal para 2ª pessoa do singular e a forma ativa para a passiva da frase acima, ela ficará:
- (A) Terás sobre a terra o direito de a cultivares com suas próprias mãos.
  - (B) Tem teu direito sobre a terra que tuas próprias mãos cultivam.
  - (C) Tens direito sobre a terra que cultivou-se por suas próprias mãos.
  - (D) Tens direito sobre a terra que foi cultivada por tuas próprias mãos.
  - (E) Tereis sobre a terra o direito que fora cultivado por tuas próprias mãos.
- 
13. *Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma.*
- A frase acima segue correta e explícita seu sentido coerente nesta outra forma:
- (A) Foste um monstro, não tendo minha religião, posto que nenhuma outra.
  - (B) Sendo o monstro que és, não tens a minha religião e, portanto, nenhuma outra.
  - (C) Ainda és um monstro, por que não tens minha religião, visto que não tens nenhuma.
  - (D) Por monstro que sejas, ao não teres religião, nenhuma religião virá a ter.
  - (E) Se és um monstro, não terás minha religião, nem terás nenhuma outra.
- 
14. De acordo com Voltaire, o direito natural e o direito dos homens
- (A) caracterizam-se pelo afastamento que mantêm de valores morais ou de mérito.
  - (B) mantêm entre eles um grau de tolerância recíproca altamente inspiradora.
  - (C) complementam-se, acima de qualquer pressuposto de hierarquização ou precedência.
  - (D) inspiram-se reciprocamente ao longo da história, numa permanente relação dialética.
  - (E) ligam-se pela absorção dos fundamentos da natureza pelos do direito humano.
- 
15. Analisando-se a relação entre os parágrafos do texto, é coerente afirmar que
- (A) o *princípio universal* identificado no 2º parágrafo tem como contraponto antitético o *direito da intolerância*, no 4º parágrafo.
  - (B) o 2º e o 3º parágrafos ligam-se pela exemplificação dos princípios universais que devem ligar o homem à natureza.
  - (C) o conceito de direito presente no 1º parágrafo contesta o conceito de direito presente no 2º parágrafo.
  - (D) o que se declara entre aspas no 3º parágrafo exemplifica a intolerância a que se refere o 4º parágrafo.
  - (E) a expressão *direito sobre a terra*, do 1º parágrafo, ilustra um dos abusos acusados no 4º parágrafo.



**Matemática e Raciocínio Lógico**

16. Os amigos Leonardo, Marcos e Nilton encontram-se no aeroporto e cada um deles irá para uma cidade diferente: Campinas, Salvador e Belém, não necessariamente nessa ordem. Além disso, um deles está viajando a trabalho, outro para estudar e outro a passeio. São fornecidas as seguintes informações:
- Leonardo não vai trabalhar e não vai para Belém.
  - Marcos vai para Campinas, mas não é para estudar.
  - Um dos amigos vai para Belém a passeio.
- Considerando essas informações, é correto concluir que
- (A) Um dos amigos vai estudar em Salvador.  
 (B) Um dos amigos vai passear em Campinas.  
 (C) Nilton não vai para Belém.  
 (D) Marcos vai passear.  
 (E) Leonardo vai para Salvador a passeio.
- 
17. Considere a expressão abaixo.
- $$9 \left[ \left( \frac{3}{5} \right)^{-1} - \frac{1}{9} \right] \left( \frac{0,2 - 10^{-1}}{0,01} \right) - \sqrt[3]{81}$$
- O valor da expressão numérica é
- (A) 237  
 (B) 239  
 (C) 133  
 (D) 139  
 (E) 137
- 
18. Ana compra uma revista por mês e um livro a cada dois meses. Em janeiro de 2021, ela comprou uma revista e um livro. O preço de um livro é 5 vezes o preço de uma revista. No final de dezembro, Ana constatou que gastou R\$ 546,00 em livros e revistas. Ao comprar um livro e uma revista, Ana gasta
- (A) R\$ 26,00  
 (B) R\$ 39,00  
 (C) R\$ 78,00  
 (D) R\$ 65,00  
 (E) R\$ 52,00
- 
19. Considere todos os números maiores do que 99 e menores do que 1000 tais que:
- todos os algarismos sejam distintos,
  - o algarismo da unidade é igual à soma dos outros dois algarismos.
- A quantidade de números que obedecem a essas condições é:
- (A) 48  
 (B) 41  
 (C) 16  
 (D) 32  
 (E) 64
- 
20. Em um fórum há processos trabalhistas, tributários, ambientais e regulatórios. Nesse fórum,  $\frac{1}{5}$  dos processos são trabalhistas,  $\frac{1}{7}$  são ambientais e os restantes são regulatórios ou tributários. Sabe-se que há 260 processos ambientais e que há, pelo menos, 100 processos tributários. A quantidade máxima de processos regulatórios é:
- (A) 1196  
 (B) 1096  
 (C) 1296  
 (D) 1560  
 (E) 1456
- 
21. As idades de 19 entrevistados para uma vaga de emprego são:
- 23, 32, 45, 28, 27, 43, 18, 26, 25, 19, 26, 20, 41, 40, 21, 32, 29, 37, 32
- É correto afirmar que a moda difere da mediana em
- (A) 2 anos.  
 (B) 1 ano.  
 (C) 3 anos.  
 (D) 5 anos.  
 (E) 4 anos.

**Noções de Legislação**

22. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e, entre outros, o seguinte princípio:
- (A) responsabilização e prestação de contas, que se traduz na demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.
  - (B) transparência, que se traduz na garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
  - (C) necessidade, que se traduz na garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
  - (D) adequação, que se traduz na realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
  - (E) livre acesso, que se traduz na compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- 
23. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 7ª Região, com relação ao Tribunal Pleno,
- (A) poderão nele funcionar simultaneamente Juízes Titulares de Vara do Trabalho convocados na condição de cônjuges.
  - (B) é de sua competência, em matéria administrativa, aprovar a escala anual de férias de seus membros, até 31 de dezembro de cada ano, para vigorar no ano seguinte.
  - (C) nos processos de sua competência, o Presidente do Tribunal receberá distribuição e votará com os demais Desembargadores do Trabalho, não lhe cabendo, entretanto, o voto de qualidade nos processos administrativos.
  - (D) não poderão nele funcionar simultaneamente Desembargadores do Trabalho convocados na condição de parentes consanguíneos na linha colateral até o quarto grau.
  - (E) é de sua competência, em matéria judicial, processar, conciliar e julgar originariamente o Incidente de Assunção de Competência (IAC) e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).
- 
24. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público ocupante de cargo em comissão
- (A) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que receberá as duas remunerações durante o período da interinidade.
  - (B) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá receber, obrigatoriamente, apenas a remuneração do primeiro cargo durante o período da interinidade.
  - (C) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
  - (D) não poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, por expressa vedação legal.
  - (E) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá receber, obrigatoriamente, apenas a remuneração do novo cargo durante o período da interinidade.
- 
25. Bartolomeu é servidor público e, injustificadamente, recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, baseando-se apenas nas informações fornecidas, Bartolomeu será punido com
- (A) advertência.
  - (B) suspensão de até 30 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
  - (C) suspensão de até 15 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
  - (D) suspensão de até 30 dias, não cessando os efeitos da penalidade se cumprida a determinação antes de referido prazo.
  - (E) demissão.



26. De acordo com a Resolução Normativa TRT da 7ª Região, nº 7/2024 (que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – TRT-7), a organização do trabalho e os(as) gestores(as)
- (A) apenas de todas as unidades judiciárias de primeira ou segunda instâncias do TRT da 7ª Região deverão, dentre outras atribuições, aplicar as políticas institucionais vigentes de gestão de pessoas, saúde, inclusão e acessibilidade do Poder Judiciário.
  - (B) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo solicitar mudança de lotação apenas de estagiário(a), não podendo fazê-lo com relação ao(à) servidor(a), com fundamento no exercício de jornada reduzida.
  - (C) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, apenas de primeira instância, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo, entretanto, solicitar mudança de lotação de servidor(a) ou de estagiário(a) com fundamento no gozo reiterado de licenças médicas.
  - (D) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, promover visibilidade e reconhecimento das pessoas e do seu trabalho, de modo a fomentar a cooperação e o desempenho coletivo e individual.
  - (E) apenas de todas as unidades administrativas do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo, entretanto, solicitar mudança de lotação exclusivamente de servidor(a), não podendo fazê-lo com relação a estagiário(a), com fundamento no exercício de teletrabalho especial deferido com fundamento em Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

#### Noções de Direitos Humanos

27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos
- (A) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
  - (B) ratificados pelo Presidente da República Federativa do Brasil, independentemente de aprovação por qualquer das Casas do Congresso Nacional.
  - (C) que forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
  - (D) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - (E) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
28. De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:
- (A) Nada nessa Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.
  - (B) "Discriminação racial" significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano de direitos humanos em qualquer domínio de vida pública.
  - (C) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.
  - (D) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.
  - (E) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.



29. De acordo com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com relação ao Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário, este
- (A) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, realizar cooperação interinstitucional, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social exclusivamente do Brasil que atuam na referida temática.
  - (B) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, cabendo ao Comitê, dentre outras atribuições, participar de eventos promovidos por entes públicos sobre temas relacionados aos objetivos do Comitê, não podendo, entretanto, participar de eventos promovidos por entidades privadas, tendo em vista ter sido instituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
  - (C) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, organizar fóruns bienais de sensibilização sobre o julgamento com perspectiva de gênero nos órgãos do Poder Judiciário, com a participação, exclusivamente, de magistrados, para discussão de temas relacionados com as atividades do Comitê.
  - (D) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a participação de representantes exclusivamente da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de representantes da academia e da sociedade civil.
  - (E) é instituído em caráter nacional e permanente, cabendo a ele, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto às causas que envolvam direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional.
- 
30. De acordo com a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, considere:
- I. Reconhecimento de que o acesso de todas as pessoas aos Direitos Humanos deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas a grupos minoritários ou historicamente oprimidos, a fim de lhes possibilitar o igual acesso aos direitos e às oportunidades previstas em lei.
  - II. Categoria utilizada para abordar as hierarquias sociais e os mecanismos de controle social baseados no fenótipo. Tem por objetivo assinalar aspectos que dizem respeito à forma como traço/cor de indivíduos e pode designar elementos que compõem as desigualdades sociais.
  - III. Discriminação e preconceito baseado em idade, geralmente das gerações mais novas em relação às mais velhas.
- Para fins desse Programa, os conceitos acima descritos referem-se, respectivamente, a
- (A) diversidade – etnia – interseccionalidade.
  - (B) equidade – raça – etarismo.
  - (C) equidade – raça – interseccionalidade.
  - (D) diversidade – raça – etarismo.
  - (E) equidade – etnia – etarismo.
- 
31. De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, os Estados Partes se comprometem a apresentar ao Comitê estabelecido para os Direitos da Criança, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na referida convenção e sobre os progressos alcançados no desempenho desses direitos em um prazo de
- (A) cinco anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada três anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
  - (B) três anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
  - (C) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
  - (D) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
  - (E) cinco anos, a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.





32. Com relação ao disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considere:

- I. Ninguém deve ser detido por dívida. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- II. Toda pessoa acusada de delito tem direito renunciável a, durante o processo, ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, obrigatoriamente remunerado, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.
- III. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

33. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos "trabalhos forçados ou obrigatórios", é correto afirmar que

- (A) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.
- (B) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.
- (C) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.
- (D) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.
- (E) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.

34. De acordo com a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, os Estados Partes

- (A) tomarão medidas apropriadas exclusivamente para desenvolver a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade apenas das instalações e dos serviços abertos ao público, devendo, também, assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência.
- (B) realizarão, na elaboração e na implementação de legislação e políticas para aplicar a referida Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, exceto crianças com deficiência, diretamente ou por intermédio de suas organizações representativas, sendo que, com relação às crianças com deficiência, os Estados Partes asseguram que nenhuma delas será separada de seus pais contra a vontade destes, em nenhuma hipótese.
- (C) assegurarão, para a realização do direito à educação das pessoas com deficiência, que estas possam ter acesso ao ensino primário e secundário inclusivos, de qualidade e gratuitos e que não sejam as crianças com deficiência excluídas do ensino primário ou secundário gratuitos e compulsórios sob alegação de deficiência ou qualquer outro fundamento.
- (D) organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa e apoiem a participação e a inclusão na comunidade e em todos os aspectos da vida social, sejam oferecidos voluntariamente e estejam disponíveis às pessoas com deficiência o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural.
- (E) tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que as pessoas com deficiência exerçam seu direito à liberdade de expressão em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, entre as quais, fornecer prontamente, a custo adicional acessível, às pessoas com deficiência e a seus familiares, as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência.

**Noções de Informática**

35. No *prompt* de comando do Windows 10 é possível obter o endereço IPv4 do computador
- (A) digitando o comando `ip v4` e, após, pressionando Enter.
  - (B) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.
  - (C) clicando em `alt+F12`.
  - (D) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
  - (E) clicando em configuração, digitando `exibir ip` e, após, pressionando Enter.
- 
36. Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho identificou um *malware* do tipo `screenlogger` em seu computador, o qual
- (A) permite o retorno de um invasor a um dispositivo comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.
  - (B) propaga-se automaticamente pelas redes, explorando vulnerabilidades nos sistemas e aplicativos instalados e enviando cópias de si mesmo de dispositivo para dispositivo.
  - (C) captura e armazena as teclas digitadas. Sua ativação, em muitos casos, é condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um *site* específico de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*.
  - (D) é projetado para espionar o dono do dispositivo, que não autorizou e não sabe que tal código está instalado. As informações coletadas são enviadas para quem induziu sua instalação.
  - (E) armazena a posição do cursor e a tela apresentada no monitor, ou a região que circunda determinada posição, nos momentos em que o mouse é clicado.
- 
37. O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em
- (A) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
  - (B) Data e Hora e depois em Relógio e Região.
  - (C) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
  - (D) Data e Hora e depois em Configurar Data.
  - (E) Relógio e Região e depois em Região.
- 
38. Usando o Word no Microsoft Office 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o servidor de um Tribunal Regional do Trabalho produziu uma carta onde, em determinado local do texto, inseriu um endereço eletrônico. Quando fez isso, o Word criou um *hyperlink* para o endereço. Para excluir esse formato e deixar em texto normal, o servidor deve
- (A) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink*, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover Hyperlink.
  - (B) acessar a guia Formatar, escolher Referências e clicar em Remover e-mail.
  - (C) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.
  - (D) clicar em Remover Hyperlink na opção Formatar Hyperlink na guia Formatar.
  - (E) acessar a guia Referências, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover e-mail.
- 
39. Tendo uma planilha Google já salva no Google Drive, uma das formas de compartilhá-la sem permitir a edição de outras pessoas é: clicar com o botão direito do mouse sobre ela, escolher Compartilhar, depois escolher novamente Compartilhar, na janela exibida adicionar os *e-mails* dos participantes e,
- (A) no Acesso Geral, escolher Restrito e clicar em Concluído.
  - (B) em Permitir edição, clicar em "Não".
  - (C) no Acesso Geral, escolher Não Permitir Edição e clicar em Concluído.
  - (D) no Acesso Restrito, escolher Todos os Participantes e clicar em "Sim".
  - (E) em Permitir Edição, escolher Acesso Restrito e clicar em "Sim".
- 
40. No Gmail, um marcador é adicionado para organizar e categorizar *e-mails* de maneira eficiente. Ao adicionar um novo marcador, é possível subordiná-lo a um marcador pai. O Gmail permite essa operação na janela apropriada, na opção
- (A) Editar nome do marcador pai:
  - (B) Aplicar o marcador como pai de:
  - (C) Subordinar submarcador em:
  - (D) Organizar marcador em:
  - (E) Incluir marcador na árvore de:

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

41. Valentino e Clarita, argentinos, estavam passando as férias no Brasil quando Clarita deu à luz Javier. Silvia, brasileira, estava a serviço do Brasil no Chile quando deu à luz Catarina. Javier e Catarina residem no Ceará e pretendem se tornar, um dia, Presidente da República no Brasil. Em conformidade com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, o cargo pretendido
- (A) não poderá vir a ser ocupado por nenhum dos dois, pois ambos são brasileiros naturalizados.
  - (B) poderá vir a ser ocupado por Javier e Catarina, pois ambos são brasileiros naturalizados.
  - (C) poderá vir a ser ocupado por Catarina, apenas, pois Javier não é brasileiro nato.
  - (D) poderá vir a ser ocupado por Javier e Catarina, pois ambos são brasileiros natos.
  - (E) poderá vir a ser ocupado por Javier, apenas, pois Catarina não é brasileira nata.
- 
42. Filipe, brasileiro, advogado, tem 25 anos de idade e deseja se candidatar para Deputado Federal nas eleições de 2026. Marli, brasileira, analfabeta, tem 20 anos de idade e deseja se candidatar para Vereadora nas eleições que ocorrerão neste ano de 2024. Considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, nessa situação, Filipe
- (A) e Marli não podem se candidatar aos cargos pretendidos.
  - (B) pode se candidatar ao cargo pretendido, enquanto Marli, apesar de poder votar, pois para ela o voto é facultativo, não pode se candidatar a Vereadora.
  - (C) pode se candidatar ao cargo pretendido, enquanto Marli, apesar de dever votar, pois para ela o voto é obrigatório, não pode se candidatar a Vereadora.
  - (D) e Marli podem se candidatar aos cargos pretendidos.
  - (E) não pode se candidatar ao cargo pretendido, enquanto Marli pode se candidatar para Vereadora.
- 
43. Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:
- (A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
  - (B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
  - (C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
  - (D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
  - (E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.
- 
44. Em conformidade com a Constituição Federal, com relação à extradição,
- (A) será concedida extradição de estrangeiro por crime de opinião.
  - (B) o brasileiro naturalizado será extraditado em caso de crime comum praticado antes ou depois de sua naturalização.
  - (C) em nenhuma hipótese um brasileiro nato será extraditado.
  - (D) em nenhuma hipótese um brasileiro naturalizado será extraditado.
  - (E) será concedida extradição de estrangeiro por crime político.
- 
45. Larissa é secretária em uma empresa privada localizada no centro de Fortaleza. Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos de Larissa, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,
- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
  - (B) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias; aposentadoria; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.
  - (C) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
  - (D) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
  - (E) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.



46. Em conformidade com a Constituição Federal, o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral
- (A) de Justiça, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
  - (B) da República, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
  - (C) de Justiça, nomeado pelo Presidente da República, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
  - (D) da República, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
  - (E) da República, nomeado pelo Presidente da República, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
47. Renata, brasileira, é advogada com 11 anos de efetiva atividade profissional e tem 33 anos de idade. Anderson, brasileiro, é juiz de um determinado Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da carreira de magistratura, e tem 65 anos de idade. Regina, brasileira, é membro do Ministério Público Estadual, e tem 59 anos de idade. Renata, Anderson e Regina possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Superior do Trabalho poderá vir a ser composto por
- (A) Renata, Anderson e Regina.
  - (B) Renata e Regina, apenas.
  - (C) Renata, apenas.
  - (D) Anderson, apenas.
  - (E) Regina, apenas.

48. Em conformidade com a Constituição Federal, com relação aos partidos políticos,
- (A) os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, inclusive nos casos de anuência do partido, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - (B) os Deputados Federais que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - (C) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações tanto nas eleições majoritárias quanto nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
  - (D) os partidos políticos devem aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
  - (E) o montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 50%, proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.

#### Noções de Direito Administrativo

49. A licitação pela modalidade leilão compreende algumas características, premissas ou requisitos, a exemplo da
- (A) possibilidade de realização de fase prévia de habilitação, nos casos em que o objeto da alienação apresentar especificidade, vulto ou relevância próprias.
  - (B) vedação de realização de leilão presencial, tanto para bens móveis, quanto para bens imóveis com vistas à ampliação da competitividade.
  - (C) obrigatoriedade da realização da espécie presencial para a alienação de imóveis, designando-se leiloeiro servidor efetivo do quadro permanente da Administração Pública.
  - (D) obrigatoriedade de designação de leiloeiro oficial para sua realização, selecionado mediante pregão.
  - (E) possibilidade de realização por intermédio de leiloeiro oficial, escolhido por credenciamento ou pregão.
50. O estágio probatório é condição para a estabilidade do servidor público, que
- (A) poderá ser exonerado ou desligado da Administração Pública nesse período, independentemente de processo disciplinar ou administrativo.
  - (B) não pode exercer cargos em comissão ou funções de direção durante esse período.
  - (C) poderá ser exonerado caso não aprovado pela avaliação de seu desempenho durante esse período.
  - (D) deverá cumpri-lo pelo prazo de 24 meses, sem qualquer apontamento ou restrição, sob pena de lhe ser vedada a confirmação no cargo.
  - (E) não pode gozar nenhuma licença ou afastamento durante esse período.



51. A Administração Pública rege-se, na sua atuação, por regras e princípios. Os princípios da proporcionalidade, motivação e segurança jurídica estão expressamente previstos na
- (A) Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.257/2011).
  - (B) Lei dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/1990).
  - (C) Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999).
  - (D) Constituição Federal de 1988.
  - (E) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).
- 
52. A celebração de convênios entre entes públicos, no caso de objeto que se preste a viabilizar obras públicas, poderá
- (A) excepcionar a necessidade de existência de recursos orçamentários para licitação das obras públicas.
  - (B) prever a remuneração direta das empresas prestadoras dos serviços por um dos entes públicos, independentemente de qual dos convenientes seja o contratante.
  - (C) prever estabelecimento de prazo e valor indeterminado, a serem definidos posteriormente, após a realização da licitação para as obras.
  - (D) estabelecer remuneração recíproca, entre os convenientes, por serviços prestados, além de ressarcimento por custos incorridos.
  - (E) estabelecer repasse de recursos de um conveniente para o qual tenha assumido responsabilidade pela contratação e remuneração da empresa que executará as obras.
- 
53. A prestação de serviços públicos pode se dar de forma direta, pela Administração Pública, ou mediante delegação, a exemplo da permissão ou concessão. Diferem a concessão e a permissão de serviço público porque a
- (A) permissão de serviço público, de natureza precária, contempla a delegação de serviços públicos também a pessoas físicas, enquanto a concessão de serviço público, que pode ser precedida de obra pública, restringe a delegação a pessoas jurídicas.
  - (B) permissão de serviço público não se sujeita à fiscalização dos órgãos reguladores e dos usuários, em razão da natureza precária, ao contrário da concessão de serviço público e da concessão de obra pública.
  - (C) permissão de serviço público, de caráter precário, pode ser precedida de obra pública, diferentemente da concessão de serviço público, que só admite o serviço como objeto contratual.
  - (D) concessão de serviço público admite outorga apenas em favor de pessoas físicas, enquanto a permissão de serviço público também compreende pessoas jurídicas como contratadas.
  - (E) permissão de serviço público admite a outorga do serviço público a pessoas físicas e jurídicas, a título não precário, mas não admite aporte por parte do Poder Público, como a concessão de serviço público.
- 
54. A Administração Pública, no regular exercício de suas funções, pode editar atos administrativos de diversas naturezas e espécies, dentre eles os atos discricionários e vinculados. São exemplos de atos administrativos discricionários ou vinculados, quando preenchidos os requisitos para deferimento,
- (A) a autorização para realização de evento em praça pública, como ato vinculado.
  - (B) a concessão de adicional de insalubridade como ato vinculado.
  - (C) a concessão de licença para o trato de assuntos particulares, como ato vinculado.
  - (D) o alvará de construção como ato discricionário.
  - (E) a licença para edificação como ato discricionário.
- 
55. Um município editou um decreto organizando suas secretarias, criando cargos e funções de chefia para as respectivas estruturas. O ato editado pelo município
- (A) excedeu os limites do poder normativo do ente, tendo em vista que o decreto não poderia ter disposto sobre a criação de cargos.
  - (B) é irregular, não se enquadrando nos limites do poder regulamentar, que somente poderia explicitar matérias previamente disciplinadas em lei.
  - (C) é expressão do poder normativo do Poder Executivo, que pode disciplinar a organização administrativa de sua estrutura, desde que tenha havido prévia lei sobre todas as matérias tratadas pelo decreto.
  - (D) tem natureza normativa-disciplinar, passível de ser objeto de decreto autônomo, desde que haja disponibilidade orçamentária-financeira.
  - (E) insere-se no poder regulamentar típico do Poder Executivo, que pode organizar sua estrutura por meio de decreto autônomo, incluindo criação e extinção de cargos.
- 
56. A contratação de uma prestadora de serviços, mediante dispensa de licitação, suscitou apontamento do Tribunal de Contas, que notificou o órgão contratante, em regular processo de auditoria, a prestar informações sobre as premissas e justificativas para a referida contratação direta. A atuação do órgão de controle
- (A) constitui medida de controle externo da atuação da Administração Pública, permitido ao órgão do Poder Judiciário analisar os requisitos de legalidade da contratação.
  - (B) é irregular, tendo em vista que o limite de análise daquela Corte se restringe aos editais de licitação e contratos deles decorrentes, não abrangendo contratações diretas.
  - (C) representa medida de regular controle interno, cabendo integral cumprimento por parte da Administração Pública.
  - (D) insere-se no regular exercício do controle externo de legalidade, tendo em vista que se trata de verificar se foi demonstrado o cabimento da hipótese de dispensa de licitação indicada pelo órgão contratante.
  - (E) pode ser refutada pela Administração Pública, considerando que as justificativas que embasaram a contratação constituem mérito do ato administrativo e, portanto, excluídas do controle judicial.

**Noções de Administração Pública**

57. De acordo com a Teoria da Expectativa desenvolvida por Victor Vroom, o comportamento humano é sempre orientado para resultados e há três fatores principais envolvidos no processo de motivação do ser humano, sendo um deles denominado instrumentalidade, que corresponde, segundo tal teoria,
- (A) ao reforço positivo necessário para consolidar o processo de motivação do indivíduo, representando recompensas tangíveis e intangíveis.
  - (B) ao papel atribuído às medidas de reforço negativo no processo motivacional, as quais, embora não desejáveis, são úteis para induzir o esforço necessário para a tarefa.
  - (C) ao valor atribuído ao resultado, sendo uma medida de atração que a recompensa exerce sobre o indivíduo.
  - (D) à relação desempenho-resultado (recompensa), sendo o grau que o indivíduo acredita que determinado nível de desempenho levará ao resultado esperado.
  - (E) à relação esforço-desempenho, ou seja, a probabilidade, percebida pelo indivíduo, de que certa quantidade de esforço levará ao desempenho necessário.
- 
58. No que concerne às diferentes atividades envolvidas no processo organizacional, o fenômeno conhecido como ajuste espontâneo opera no âmbito
- (A) do controle, representando as medidas de correção de rota que os gestores indicam à sua equipe para ajustar as ações às metas traçadas.
  - (B) da avaliação, presente quando fatores exógenos impedem total ou parcialmente o atingimento de metas, que precisam, assim, ser redimensionadas.
  - (C) do planejamento, consistente na concatenação entre os objetivos estratégicos, táticos e os operacionais.
  - (D) da direção, denotando o grau de observância dos subordinados aos comandos recebidos de seus superiores.
  - (E) da coordenação, decorrente da comunicação entre os responsáveis pelas atividades em relações que não implicam subordinação.
- 
59. Considere que determinada organização, dotada de estrutura do tipo funcional, pretenda adotar o modelo matricial, eis que teria identificado maior flexibilidade neste último modelo. A premissa considerada em tal transformação afigura-se
- (A) equivocada, eis que ambas as estruturas possuem o mesmo grau de flexibilidade, com órgãos permanentes e de duração temporária, sendo a única diferença o critério de departamentalização: o da funcional, por produto, e o da matricial, por região.
  - (B) correta, na medida em que a estrutura matricial opera mediante uma matriz de riscos e ajusta suas áreas conforme o ambiente externo.
  - (C) correta, pois a estrutura matricial pode ser considerada mais flexível em razão da existência de órgãos não permanentes, atrelados à duração de projetos, denominados centros de resultados.
  - (D) equivocada, eis que a estrutura funcional é considerada um modelo muito mais flexível que a divisional, em razão da apuração de resultados de forma descentralizada.
  - (E) correta, em razão do fato de que a estrutura matricial é a única departamentalizada no primeiro nível da organização, por produto ou área geográfica, e dotada de um centro de custos e resultados único e especializado.
- 
60. Em um processo de avaliação de desempenho que tenha utilizado como ferramenta a metodologia denominada Pesquisa de Campo, considerando as características do referido método, uma vantagem existente na sua adoção é:
- (A) O fato de ser um método bastante completo, que inclui etapas de planejamento visando a melhoria do avaliado e respectivo acompanhamento.
  - (B) O fato de ser 100% baseado na autoavaliação, conferindo maior autonomia e responsabilidade ao avaliado em relação à sua evolução funcional.
  - (C) A avaliação por todos aqueles que se relacionam com o avaliado e não pela chefia ou área de *staff* de recursos humanos.
  - (D) O foco em aspectos excepcionalmente positivos e negativos do avaliado, evitando o denominado efeito *horn*.
  - (E) O registro individualizado do desempenho de cada avaliado, a partir do preenchimento de formulários com perguntas binárias, afastando o efeito halo.
- 
61. Os estudos sobre a liderança e comportamento do líder no ambiente organizacional apresentam diferentes abordagens e classificações, incluindo o conceito de liderança transacional, sendo que tal tipo de liderança
- (A) somente é pertinente para a alta direção da organização eis que baseado em indicadores estratégicos e táticos.
  - (B) baseia-se em uma relação de troca ou transação entre líder e liderados, envolvendo recompensas por tarefas ou metas cumpridas.
  - (C) é adequado, exclusivamente, para setores operacionais da organização, eis que envolve atuação diretiva e não participativa.
  - (D) é dependente do treinamento do líder, que deve possuir habilidades para coordenar e induzir os liderados, independentemente de recompensas.
  - (E) é baseado em características inatas do líder, como traços de personalidade e carisma, que provocam motivação natural nos liderados.



62. Considere que uma organização com a gestão pautada por projetos utilize a metodologia PERT (*Program Evaluation and Review Technique*), o que significa
- (A) definir o caminho crítico de cada um dos projetos, ou seja, os obstáculos e as ameaças presentes na correspondente execução.
  - (B) que deverá ser feito um ranqueamento dos projetos da organização, a fim de que os mais relevantes sejam gerenciados e dos demais apenas acompanhados.
  - (C) a utilização de um método probabilístico, calculando o tempo de duração de projetos a partir da média ponderada de cenários: provável, pessimista e otimista.
  - (D) que o gerenciamento dos projetos não é focado no tempo de execução, mas sim na qualidade do produto ou serviço resultante.
  - (E) ênfase nos custos envolvidos em cada projeto, que devem ser gerenciados a partir de planilhas e orçamentos detalhados, sem desvios.
- 
63. No que concerne aos modelos de decisão tomadas no âmbito das organizações, ao comparar-se uma decisão consultiva com uma decisão consensual e outra democrática, tem-se que:
- (A) As decisões consultivas são tomadas por membros externos à organização, dotados de expertise no tema em questão.
  - (B) Em uma decisão consensual, busca-se uma posição central, que seja aceita e apoiada por todos os membros do grupo.
  - (C) As decisões consensuais pressupõem um procedimento de votação onde a decisão decorre da vontade da maioria.
  - (D) Nas decisões consultivas, os membros participam apresentando opiniões e o líder não tem o poder de escolha da alternativa a ser adotada.
  - (E) Na decisão democrática, o grupo tem autonomia para tomar a decisão, que só é válida se tomada por unanimidade.
- 
64. O conceito de qualidade total engloba um conjunto de princípios idealizados por W. Edwards Deming, que inovou ao sustentar
- (A) que a melhor qualidade proporciona, no seu conjunto, custos mais baixos.
  - (B) que a função da liderança é supervisionar e controlar a atuação dos subordinados.
  - (C) o sistema de quotas nas linhas de produção e de administração numérica.
  - (D) a importância das inspeções em massa para eliminar os defeitos de produção.
  - (E) o conceito de falha zero, introduzindo metas severas para atingir tal patamar.

#### Noções de Orçamento Público

65. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro
- (A) bimestre do exercício financeiro de 2024 deve conter demonstrativo da execução das despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para 2024, a despesa executada no bimestre e o saldo.
  - (B) semestre do exercício financeiro de 2024 deve conter demonstrativo da apuração do resultado primário, comparando-o com a meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual de 2024.
  - (C) quadrimestre do exercício financeiro de 2024 deve conter demonstrativo com a despesa total com pessoal, comparando-a com os limites estabelecidos pela referida lei.
  - (D) quadrimestre do exercício financeiro de 2024 deve conter demonstrativos da disponibilidade de caixa, dos restos a pagar e da apuração da receita corrente líquida.
  - (E) bimestre do exercício financeiro de 2024 deve conter demonstrativos da execução das despesas por função e subfunção e da variação patrimonial.
- 
66. Um instrumento de planejamento referente ao exercício financeiro de 2024 fixa despesas de R\$ 6.584.000,00 para a ação "4578 – Assistência jurídica a pessoas em situação de vulnerabilidade financeira". Quanto à classificação por estrutura programática e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, essa ação é
- (A) uma despesa corrente.
  - (B) uma despesa judiciária.
  - (C) um projeto.
  - (D) uma atividade.
  - (E) uma operação especial.
- 
67. O resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2023 de uma entidade pública, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, é impactado
- (A) pelos pagamentos de despesas, em 11/12/2023, referentes às aquisições de materiais bibliográfico e de expediente.
  - (B) pelo recebimento de caução em dinheiro fornecida por contratado para assegurar a execução de contrato celebrado.
  - (C) pela alienação a prazo de veículos anteriormente utilizados na prestação de serviços pelos servidores da entidade.
  - (D) pelas previsões iniciais de receitas com Emolumentos e Custas Judiciais, Cessões de Direitos e Indenizações.
  - (E) pelo empenho de despesa, em 24/10/2023, referente à aquisição de material de processamento de dados e de *software*.



68. Para a apuração da receita corrente líquida, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas as receitas decorrentes de:
- (A) (i) Impostos, (ii) Cauções e (iii) Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital.
  - (B) (i) Aluguéis e Arrendamentos, (ii) Cessão de Direitos e (iii) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais.
  - (C) (i) Aluguéis e Arrendamentos, (ii) Cauções e (iii) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.
  - (D) (i) Alienações de Bens Móveis, (ii) Cessão de Direitos e (iii) Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.
  - (E) (i) Alienações de Bens Imóveis, (ii) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos e (iii) Impostos.
- 
69. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma variação patrimonial resultante da execução orçamentária é decorrente do registro contábil da
- (A) devolução integral de depósito em caução.
  - (B) inscrição de restos a pagar processados.
  - (C) apropriação mensal do 13º salário.
  - (D) liquidação de despesa, concomitante à prestação de serviço de limpeza.
  - (E) utilização de materiais de expediente registrados em estoque.
- 
70. A Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2024 de um ente público, de acordo com a
- (A) Lei Complementar nº 101/2000, contém reserva de contingência calculada com base nas receitas tributárias arrecadadas no exercício financeiro de 2023.
  - (B) Constituição Federal de 1988, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
  - (C) Constituição Federal de 1988, define normas para a gestão patrimonial das administrações direta e indireta e dos fundos públicos e privados do referido ente.
  - (D) Lei nº 4.320/1964, fixa despesas com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica como Despesas de Custeio.
  - (E) Lei Complementar nº 101/2000, contém reserva de contingência destinada a cobrir passivos contingentes e a possibilitar a abertura de créditos adicionais.
- 
71. O ordenador de despesas de uma entidade pública empenhou despesa, em 14/12/2023, no valor de R\$ 13.960,00 referente à aquisição de materiais para distribuição gratuita em evento de enfrentamento ao trabalho escravo promovido pela entidade. Os materiais foram entregues pelo fornecedor em 28/12/2023 e, nesta mesma data, o valor total empenhado foi registrado em crédito empenhado em liquidação. A despesa foi liquidada em 03/01/2024 e paga em 12/01/2024, pelo valor total empenhado. O evento foi realizado em 05/02/2024 e os materiais foram integralmente distribuídos nesta data.
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, a referida despesa
- (A) deu origem a um dispêndio extraorçamentário no exercício financeiro de 2024.
  - (B) reduziu o resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2024.
  - (C) foi inscrita em restos a pagar processados em 31/12/2023.
  - (D) foi evidenciada como Despesa Corrente no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2024.
  - (E) deu origem a um passivo permanente em 28/12/2023.
- 
72. Um instrumento de planejamento referente ao exercício financeiro de 2024 fixa despesas de R\$ 1.531.000,00 para a reforma de salas utilizadas no cumprimento das competências e responsabilidades de uma entidade pública. Em junho de 2024, constatou-se que essa dotação orçamentária era insuficiente para a conclusão da reforma e, sem caráter de urgência, foi efetuada a abertura de crédito adicional em 01/07/2024.
- De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional aberto em 01/07/2024 classifica-se como
- (A) extraordinário e sua execução requer o prévio empenho de despesa.
  - (B) extraordinário e sua execução resulta em Despesa de Capital.
  - (C) suplementar e tem vigência até 31/12/2024.
  - (D) especial e tem vigência até 30/06/2025.
  - (E) especial e sua execução resulta em Despesa de Capital.



**Noções de Gestão de Pessoas**

73. Considere que em determinada organização a maioria das decisões seja do tipo classificado pela doutrina como decisões programadas, sendo as denominadas não programadas em número significativamente inferior. Levando em conta o critério de diferenciação entre essas duas modalidades de decisão presentes em tal classificação, é correto concluir que
- (A) os gestores da organização encontram-se em elevado grau de acomodação, sendo necessário estabelecer metas mais desafiadoras.
  - (B) o sistema de gerenciamento de riscos da organização funciona adequadamente, dado que as decisões programadas restringem-se a medidas mitigadoras para eventos já mapeados.
  - (C) a organização segue à risca seu planejamento estratégico, enfrentando situações inéditas com decisões tomadas a partir de um plano de ação preestabelecido.
  - (D) trata-se de uma organização onde a maior parte das decisões é tomada a partir de seu correspondente acervo de soluções para situações semelhantes.
  - (E) não há margem, na referida organização, para criatividade e soluções inovadoras para as situações não recorrentes, o que tende a gerar estagnação.
- 
74. A avaliação de desempenho de determinada equipe com base na metodologia 360° ou circular deve, necessariamente,
- (A) realizar dinâmicas de grupo com vistas a aferir a capacidade dos avaliados de responderem a diferentes cenários, com desafios emulados a partir de potenciais situações reais.
  - (B) identificar os talentos existentes na organização, que serão elegíveis para as próximas promoções, devendo, antes, atuar em todos os setores da organização.
  - (C) incluir a autoavaliação, além da avaliação por *stakeholders* que se relacionam com o avaliado, tais como colegas e clientes, e não apenas por superiores.
  - (D) ranquear os avaliados de acordo com faixas de desempenho, de forma a estratificar a equipe para a alocação de tarefas e responsabilidades.
  - (E) contar com a supervisão de um avaliador externo, para evitar que os superiores apresentem viés na avaliação decorrente de preconceitos e idiosincrasias.
- 
75. O fenômeno da motivação no ambiente organizacional constitui objeto de estudo por diversos autores, com diferentes abordagens. Nesse sentido, a denominada "Teoria X", apresentada por McGregor, assume como premissa que
- (A) a motivação individual é inversamente proporcional ao grau de pressão e controle exercido sobre o indivíduo no ambiente de trabalho.
  - (B) somente indivíduos em posições mais elevadas na organização são suscetíveis a estímulos motivacionais, tanto na forma de reforço positivo, como negativo.
  - (C) existe uma hierarquia de necessidades que precisam ser atendidas para gerar motivação, sendo a mais básica aquela relativa ao sentido de pertencimento ao grupo.
  - (D) todo ser humano possui habilidades inatas que precisam ser cultivadas no ambiente de trabalho, sendo a motivação algo natural.
  - (E) o homem médio não gosta do trabalho e o evita, buscando apenas segurança, razão pela qual precisa ser dirigido e controlado.
- 
76. O modelo de liderança apresentado nos estudos desenvolvidos por Paul Hersey e Kenneth Blanchard, conhecido como modelo situacional, analisa o fenômeno da liderança com ênfase
- (A) no grau de maturidade dos subordinados, sustentando que o líder deve adequar seu comportamento a tal variável.
  - (B) nos fatores exógenos à relação líder-liderados, dado que o ambiente em que se insere a organização exerce influência relevante no comportamento do grupo.
  - (C) no nível de preparo e resiliência do líder, o que é sempre colocado à prova quando novos desafios são propostos ao grupo.
  - (D) no carisma do líder, afirmando que os líderes carismáticos conseguem induzir diferentes estilos de subordinados à realização das tarefas propostas.
  - (E) no caráter transacional da relação estabelecida entre líder e subordinados, baseada exclusivamente em uma troca (estímulo versus recompensa).



77. No contexto da evolução dos modelos de gestão de pessoas, a instituição dos paradigmas função de *staff* e autoridade de linha denota um movimento de
- (A) pulverização das atividades de RH entre as diversas áreas da organização, cabendo à área financeira a autoridade de linha (financeira) e às demais a função de *staff* (operacional).
  - (B) modernização das atividades de gestão de pessoas, que passam a assumir um caráter mais estratégico com a função de *staff* (externa à organização) coordenada pela autoridade de linha (interna à organização).
  - (C) desconcentração, cabendo aos gestores de projeto a função de *staff* (apoio) e à área de gestão de pessoas a autoridade de linha (definição de estratégias de pessoal).
  - (D) descentralização, com a manutenção da função de *staff* na área de gestão de pessoas, que passa a atuar como órgão de assessoria e consultoria.
  - (E) centralização e valorização das atividades envolvidas na gestão de pessoas, passando o órgão central de RH a concentrar tanto a autoridade de linha como a função de *staff*.
- 
78. Considere que o gestor de uma determinada organização necessite promover um processo de mudança organizacional e decida utilizar o conhecido modelo desenvolvido pelo psicólogo alemão Kurt Lewin, formado por três etapas. De acordo com tal modelo, na etapa de recongelamento caberá ao gestor
- (A) ancorar a mudança a partir do patamar de estabilidade atingido quando finalizada a etapa precedente, buscando a padronização do novo normal.
  - (B) realizar um diagnóstico dos fatores internos e externos favoráveis e desfavoráveis ao processo de mudança e que se dá na etapa de descongelamento.
  - (C) dissolver grupos resistentes à mudança e formar novos núcleos que sejam indutores e disseminadores das novas ideias.
  - (D) estabelecer os novos comportamentos, a partir da introdução de um novo "molde" do que se deseja em termos de mudança.
  - (E) desfazer as crenças e percepções arraigadas que impedem ou dificultam o processo de mudança.
- 
79. O modelo de gestão por competências destaca-se entre os modelos de gestão de pessoas apresentados pela doutrina, sendo largamente praticado. Em suas etapas iniciais, o modelo contempla o mapeamento de competências, no qual cabe
- (A) identificar os talentos presentes na organização, a fim de promover um programa de valorização e retenção dos melhores profissionais.
  - (B) realizar diagnóstico das competências e habilidades de seus colaboradores de forma a promover plano de capacitação e de alocação alinhados com a força de trabalho disponível.
  - (C) realizar *benchmarking* para identificar o perfil do profissional ideal para as posições estratégicas ou gerenciais da organização.
  - (D) mapear as forças e fraquezas presentes no ambiente interno da organização e os desafios e oportunidades que se apresentam no cenário externo.
  - (E) identificar as habilidades técnicas e comportamentais requeridas para os diversos cargos ou posições da organização.
- 
80. Pedro, um novo gerente que acaba de assumir um projeto em uma organização marcada por conflitos entre os integrantes de áreas e departamentos diversos, resolveu tentar uma abordagem estrutural para a gestão de tais conflitos, em substituição à abordagem de processo adotada pelo gerente que o antecedeu. Isso significa que Pedro
- (A) deixará de evitar o conflito propriamente dito, tal como fazia o seu antecessor, e passará a adotar uma postura mais propositiva, usando ferramentas como reuniões de confrontação.
  - (B) pretende atuar sobre condições preexistentes que predisõem ao conflito, quando este ainda não está instalado, na tentativa de minimizar as diferenças entre os grupos.
  - (C) decidiu abandonar a abordagem integrativa, própria da metodologia de processo, buscando uma abordagem distributiva, ou seja, do tipo que propicia uma solução ganha-ganha.
  - (D) terá que enfrentar todo o ciclo do conflito, desde suas causas estruturantes até a escalada para a situação conflituosa, aplicando técnicas de desativação dos conflitos instalados.
  - (E) pretende aplicar medidas mais efetivas para a gestão dos conflitos instalados, o que envolve tomar partido de determinado(s) grupo(s) e promover medidas punitivas em relação aos responsáveis pelas situações conflituosas.

